

REMÉDIO PARA A CRISE ECONÔMICA

Não é preciso ser doutor em economia para saber que em situação de recessão não deve haver inflação, pois não há excesso de consumo ou de investimento. Mas pode haver um caso atípico de estagflação, como já tem ocorrido, em que existe inflação mesmo com queda das atividades econômicas. A estagflação é uma tragédia econômica.

Os inúmeros erros da política econômica nos últimos anos culminaram com a forte queda de 3,5% do PIB nacional em 2015, ao lado de uma persistente inflação anual de cerca de 10%. Uma típica situação de estagflação. Como sair desse “buraco”?

A nosso ver, um primeiro passo – o mais fácil – teria que ser na direção da redução dos juros, a começar por uma queda da taxa SELIC dos 14,25% atuais para algo em torno de 10 ou 12%. Essa decisão poderia produzir três efeitos imediatos e positivos: 1) aliviaria o déficit fiscal do Governo, criando oportunidades para investimentos em infraestrutura; 2) baixaria os custos da produção privada, com aumento do emprego da mão de obra e melhoria da competitividade das exportações brasileiras; e 3) reduziria os ganhos em títulos públicos dos investidores estrangeiros, que saíam do País pressionando a desvalorização da taxa de câmbio.

Em paralelo, a redução dos juros melhoraria a percepção de risco dos investidores, reduziria o nível de incertezas e favoreceria o curso das atividades econômicas.

Em sentido contrário – e inexplicável – alguns diretores do

Banco Central insistem na esdrúxula proposta de seguir elevando a SELIC.

CÍRCULO VICIOSO

O Governo, abrangendo toda a Federação – União, Estados e Municípios – vem praticando, de longa data, uma política suicida, que chegou, nos dias atuais, a um impressionante e insustentável desequilíbrio fiscal, expresso em colossal endividamento. O déficit primário do Governo, inclusive as “pedaladas”, está estimado em **R\$119 bilhões em 2015**. Acrescido dos altos juros SELIC que pesam sobre a dívida, **chegamos a um nível insustentável da dívida pública de cerca de R\$4 trilhões, 70% do PIB**.

Para enfrentar essa calamidade fiscal, o Governo está planejando economizar 0,7% do PIB (R\$48 bilhões) na execução orçamentária de 2016, com o que acredita-se que a dívida pública vai caminhando para 80% do PIB. As medidas de ajuste até aqui propostas ao Congresso Nacional não encontram respostas. Pelo contrário, a programação do ajuste fiscal – de Joaquim Levy – vem sendo desdenhada pelo meio político, criando-se uma situação de incertezas e insegurança jurídica que agrava a precária situação econômica. Está criado, assim, um incontornável círculo vicioso, em que a Política pressiona negativamente a Economia e vice-versa, sem que se possa visualizar o fim da crise.

OS TRÊS MOSQUETEIROS

Em meio à enorme confusão e sério desentendimento entre o

Legislativo e o Executivo, responsável pela atual crise política e parlamentar, a pior crise econômica dos últimos 25 anos, é importante registrar a opinião dos três timoneiros da política econômica da Presidente Dilma.

Segundo o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, “a fase mais crítica da recessão está passando” e temos que ter as bases para um novo ciclo de crescimento. Nos três últimos meses do ano, a economia deverá se estabilizar. Os primeiros sinais de vida vieram da recuperação do saldo comercial. A segunda etapa será a expansão dos investimentos (Valor – 2/9/15).

Um pouco mais modesto, o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, diz que o momento é de volatilidade, mas os danos não serão permanentes, pois o Governo brasileiro tem implementado medidas que estão consertando erros passados e promovendo uma reforma estrutural. O Brasil está preparado para enfrentar a onda de mau humor nos mercados globais (referindo-se à China). Se este caminho for mantido, o Brasil será vencedor neste mundo em transformação e voltará a crescer. Estamos preparados, estamos ajustando a economia para uma nova realidade (O Globo – 25/8/15).

Na contramão dos acontecimentos, encontra-se o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e alguns de seus diretores, que obsessivamente, insistem na elevação dos juros (Selic) em 2016. Segundo um de seus diretores, faz-se necessário uma “ação contundente e tempestiva contra a inflação”. Decididamente, essa não nos parece a melhor alternativa, pelos estragos que irá causar no difícil e desequilibrado quadro fiscal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Indústria

A produção industrial caiu em 10 das 14 regiões pesquisadas pelo IBGE em outubro, com queda de 0,7% ante setembro, 11,2% ante outubro/14 e de 7,8% no acumulado do ano, até outubro. As maiores quedas foram registradas nos setores de bens de capital (-32,6%) e bens de consumo duráveis (-28,7%).

Segundo a CNI, ante outubro/14, o faturamento **real** caiu 15,3%, o número de horas trabalhadas diminuiu 12,8%, o emprego cedeu 7,7% e a massa salarial caiu 9%. As vendas de imóveis novos caíram 20% em outubro ante setembro, mas registrou alta de 15,5% ante outubro/14. A Anglo American suspendeu, por ora, a construção do mineroduto entre Conceição do Mato Dentro (MG) e o Porto Açu, em São João da Barra (RJ).

No setor automobilístico, as vendas de veículos subiram 1,59% entre outubro e novembro, mas recuaram 33,74% ante novembro/14. No acumulado do ano, houve queda de 25,15%. No segmento de caminhões, houve queda de 47,5% nos últimos onze meses, elevando a 50% o nível da capacidade ociosa.

No setor eletroeletrônicos, o faturamento vai fechar o ano com queda de 10%. O consumo de energia caiu 1,8%, neste ano, sendo -4,3% na indústria, -1,4% no setor comercial e -0,1% nas residências. O estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, decidiu parar a construção de quatro sondas encomendadas pela Sete Brasil e vai demitir 3.500 metalúrgicos. Em três meses, a dívida da Petrobras aumentou R\$78 bilhões e a dívida total subiu a R\$506,6 bilhões. Segundo a Fiesp, o índice de confiança da indústria caiu 2 pontos percentuais em outubro, com

queda de 7,2 pontos no emprego. O indicador do índice de atividade (INA) caiu 0,6% em outubro, acumulando no ano queda de 5,6%.

Comércio

Afinal, a recessão chegou ao comércio. O setor varejista fechou 64 mil e 500 lojas nos últimos 12 meses, sendo 15,5 mil no setor supermercados, 9,7 mil no vestuário e 9,5 mil em materiais de construção.

O faturamento do comércio caiu 7,1% em 2015 e as previsões para 2016 são de queda de mais de 5%. O índice de confiança do empresário do comércio (Icec) caiu 3,4% em novembro sobre outubro, com queda de 27,8% ante novembro/14.

Na cidade do Rio de Janeiro, as vendas de outubro caíram 4,2% ante outubro/14, acumulando em dez meses queda de 1,3%. Foi o pior mês de outubro dos últimos 12 anos. Com destaque para confecções (-4,6%), calçados (-9,0%), tecidos (-10,1%) e eletrodomésticos (-3,8%), segundo o CDL-Rio.

O mercado de **seguros** subiu 4,7% de janeiro a outubro, puxado pelos planos de saúde e de VGBL.

Agricultura

Segundo o IBGE, a safra de soja em 2016 deverá alcançar 101,5 milhões de toneladas, 4,7% superior à safra de 2015. Mas a safra nacional de grãos atingirá 209,3 milhões de toneladas, ligeiramente abaixo da anterior (-0,5%).

Além da soja, haverá crescimento na produção de feijão (+15%), mas queda de 0,7% em arroz, com menor produção no Rio Grande do Sul (-3,4%).

A queda dos indicadores macroeconômicos está afetando o ânimo dos agricultores e puxando para

baixo a compra de novos equipamentos agrícolas, com estimativa de queda de 25% a 30% em 2015 (Abimaq).

Mercado de Trabalho

Segundo dados do PNAD/IBGE, a taxa desemprego no 3º trimestre atingiu 8,9%, com perda de 170 mil empregos em outubro, totalizando 825 mil em 12 meses. Desse total, 305 mil vêm da indústria e 40 mil do comércio varejista. A massa salarial em outubro foi 10,4% menor do que em outubro/14.

O desemprego cresceu em 22 das 27 unidades da Federação, com destaque para Bahia, Rio Grande do Norte, Amapá, Pernambuco e Alagoas, com nível acima de 10%. Até novembro, 37 empresas já aderiram ao PPE, beneficiando 10.442 trabalhadores.

Setor Financeiro

Reflexo da crise econômica, da queda do emprego e da renda, a **inadimplência**, em agosto, aumentou e 57,2 milhões de pessoas atrasaram o pagamento de suas dívidas, no total de R\$246 bilhões. Em novembro, os saques nas cadernetas de poupança superaram os depósitos de R\$1,3 bilhão, acumulando no ano R\$58,4 bilhões de perda.

Os financiamentos às empresas, no mercado financeiro e de capitais, caíram R\$123 bilhões, no acumulado do ano até novembro. O crédito bancário diminuiu em 4,8%. A rentabilidade nas cadernetas de poupança de 7,95% foi o pior rendimento desde 2003, abaixo da inflação de 10,48%.

O BNDES pode ter perdido 848 milhões com o JBS, segundo o TCU.

Inflação

A inflação oficial (IPCA) subiu de 0,82% em outubro para 1,01% em

novembro, acumulando alta de 10,48% em 12 meses. Nesse período, subiram os preços da energia elétrica em 51,3%, da gasolina 19,3%, das carnes 14,9%, dos planos de saúde 11,8% e das refeições fora de casa 10,3%. No ano, o preço dos imóveis caiu 7,44%, segundo índice Fipezap.

No atacado, o IGP-M/FGV subiu 1,31% em novembro, acumulando no ano alta de 10,49%. A alta dos **alimentos** responde por mais de 25% do IPCA. Na 1ª prévia de dezembro, o IPC-S subiu 1,21%. De US\$196/ton., em abril/2008, o preço do minério caiu a US\$40, atualmente.

Setor Público

O Governo aprovou o Orçamento para 2015, com déficit primário de R\$48,9 bilhões. Para 2016, o déficit inicial de R\$30,5 bilhões está sendo reduzido, inclusive com a inclusão da CPMF, mas nada indica que vai atingir um superávit primário de 0,7% do PIB (R\$43,8 bilhões), como deseja o Ministro Joaquim Levy.

Segundo consta, entre outras coisas, o Governo está pensando unificar as contribuições PIS/COFINS e aumentar a alíquota de 3,65% para 9,25%, contra reação radical do setor privado. Noticiário da imprensa informa que metade das 645 prefeituras do Estado de São Paulo deve fechar o ano com déficit fiscal. Dez Estados – Alagoas, Amapá, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal - já deliberaram aumentar o ICMS.

O Governo federal arrecadou R\$430 milhões com a outorga de três terminais privativos no Porto de Santos. As novas regras propiciaram a outorga de 29 concessões de usinas hidrelétricas, que renderam R\$17 bilhões ao Tesouro Nacional.

Setor Externo

Na 1ª semana de dezembro, as exportações brasileiras chegaram a US\$3,04 bilhões e as importações US\$2,27 bilhões, deixando um saldo comercial de US\$770 milhões. No ano, as exportações alcançaram US\$177,4 bilhões e as importações US\$163,3 bilhões, com saldo de US\$14,2 bilhões. Entre 2014 e 2015, a participação do minério de ferro nas exportações brasileiras caiu de 11,5% para 7,3%.

Há uma verdadeira corrida de empresas brasileiras – cerca de 500 – preparando-se para transferir seus novos investimentos para o Paraguai e beneficiar-se das enormes vantagens fiscais e trabalhistas.

No cenário internacional, destaca-se a renegociação da Rodada Doha, de redução global das barreiras comerciais.

Nos Estados Unidos, o PIB registrou alta de 2,1% no 3º trimestre, com melhoria no mercado de trabalho. A taxa de desemprego manteve-se em 5%.

Na Europa, o grande problema do momento é a imigração dos refugiados do Oriente Médio e o custo que representa a sua adaptação. A economia alemã continua em expansão. Na Inglaterra, a empresa de mineração Anglo American anuncia a redução do número de seus funcionários de 135 mil para 50 mil. O BCE reduziu a taxa de juros e está aumentando as compras mensais de ativos.

A desaceleração do crescimento da China continua reduzindo a demanda de matérias primas, especialmente minério de ferro, soja e petróleo. O Japão registrou queda de 0,8% no PIB do 3º trimestre.